



COMPLEXITAS REVISTA DE FILOSOFIA TEMÁTICA - ISSN: 2525-4154
Ed. 2023, V8, n 02

**REFLEXÕES ACERCA DA ATENÇÃO À SAÚDE MENTAL DE MÃES-
UNIVERSITÁRIAS APÓS ISOLAMENTO SOCIAL
NO CONTEXTO DA COVID-19**

32

*Reflections on Mental Health Care for University Mothers after social isolation in the
context of Covid-19*

*Reflexiones sobre la Atención en Salud Mental de Madres Universitarias luego del
aislamiento social en el contexto de Covid-19*

Recebido: 28/11/2023 | Revisado: 14/12/2023 | Aceito: 29/11/2023 | Publicado: dezembro/2023

Kamilyly Souza do Vale
Docente da Faculdade de Psicologia da UFPA
e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia – PPGP - UFPA
Coordenadora do Núcleo de Pesquisas em Gestalt-terapia da UFPA (NPGT/CNPQ)
Orcid.org/0000-0002-7031-2240
E-mail: kamilyly@ufpa.br

Natasha Cabral Ferraz de Lima
Mestranda do programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP/UFPA)
Orcid.org/0000-0002-6258-756X
E-mail :Natashalima.2@gmail.com

Lerlen Michaelle Silva dos Santos
Graduanda de Psicologia, Universidade Federal do Pará
Orcid.org/0009-0006-7529-3815
E-mail: lerlen.santos@ifch.ufpa.br

Maria Vitória Rocha de Jesus
Graduanda de Psicologia, Universidade Federal do Pará
Orcid.org/0009-0008-8298-3536
E-mail: maria.jesus@ifch.ufpa.br

Paula Fabiana de Oliveira Palheta
Graduanda de Psicologia, Universidade Federal do Pará
E-mail: paula.palheta@ifch.ufpa.br
Orcid.org/0009-0001-7278-6845

Resumo: Contextualizar os processos oriundos de um período pandêmico é reconhecer que, para a nossa sociedade, o que vivemos com a pandemia da Covid-19 foi, de fato, inédito e histórico. Além de apresentar um cenário de acúmulo de emoções, mudança de rotina e sentimentos de medo e angústias, uma nova forma de interação social e trabalho precisou ser vivenciada. Assim, verificamos a importância de levantar reflexões acerca da maternidade vivenciada no contexto de isolamento social pelas mulheres que são mães discentes e que precisaram conciliar suas atividades de cuidados diários com os estudos acadêmicos. É fundamental refletir sobre como funcionou o ambiente universitário no formato virtual e como tem sido o processo de retorno às aulas presenciais. Desse modo, neste artigo, o objetivo é apresentar reflexões acerca dos efeitos que o isolamento social no contexto da Covid-19 pode ter gerado à saúde mental de mulheres que são mães e universitárias. Tal texto compõe o levantamento bibliográfico do projeto de pesquisa “Atenção à saúde mental de mães universitárias no contexto da Covid-19”, realizado no curso de Psicologia da Universidade Federal do Pará. Acreditamos ser possível vivenciar no ambiente acadêmico aquilo que consideramos uma clínica da situação contemporânea e que colabora para a criação de espaços de acolhimento dentro da Universidade. No caso específico desta pesquisa, buscamos um acolhimento voltado para as mães universitárias que buscam permanecer nesses espaços, mesmo diante de tantos desafios.

Palavras-chave: Saúde Mental; Mães-universitárias; Covid-19; Gestalt-Terapia.

Abstract: Contextualizing the processes arising from a pandemic period is recognizing that for our society, what we experienced with the COVID-19 pandemic was in fact unprecedented and historic. In addition to presenting a scenario of accumulated emotions, changes in routine and feelings of fear and anguish, a new form of social interaction and work needed to be experienced. Thus, we verified the importance of raising reflections about motherhood experienced in the context of social isolation of women who are student mothers and who needed to reconcile their daily care activities with academic studies. It is essential to reflect on how the university environment worked in the virtual format and what the process of returning to in-person classes has currently been like. Therefore, in this article, the objective was to present reflections on the effects that social isolation in the context of COVID-19 may have had on the mental health of female university mothers. This text is part of the bibliographical survey of the research project “Attention to the mental health of university mothers in the context of covid-19” carried out in the Psychology course at the Federal University of Pará. We believe that it is possible to experience in the academic environment what we consider a clinic of the contemporary situation and which contributes to the promotion of welcoming spaces within the University, in the specific case of this research, a welcome aimed at university mothers who seek to remain in these spaces even in the face of so many imposed challenges.

Keywords: Mental Health; University mothers; Covid-19; Gestalt-Therapy.

Resumen: Contextualizar los procesos derivados de un período pandémico es reconocer que para nuestra sociedad, lo que vivimos con la pandemia de COVID-19 fue en realidad inédito e histórico. Además de presentar un escenario de emociones acumuladas, cambios de rutina y sentimientos de miedo y angustia, era necesario vivir una nueva forma de interacción social y de trabajo. Así, verificamos la importancia de suscitar reflexiones sobre la maternidad vivida en el contexto de aislamiento social de mujeres madres estudiantes y que necesitaban conciliar sus actividades cotidianas de cuidado con los estudios académicos. Es fundamental reflexionar sobre cómo funcionaba el entorno universitario en el formato virtual y cómo ha sido actualmente el proceso de regreso a clases presenciales. Por ello, en este artículo el objetivo fue presentar reflexiones sobre los efectos que el aislamiento social en el contexto de COVID-19 pudo haber tenido en la salud mental de madres universitarias. Este texto forma parte del levantamiento bibliográfico del proyecto de investigación “Atención a la salud mental de madres universitarias en el contexto de covid-19” realizado en la carrera de Psicología de la Universidad Federal de Pará. Creemos que es posible experimentar en el ámbito académico lo que consideramos una clínica de la situación contemporánea y que contribuye a la promoción de espacios de acogida dentro de la Universidad, en el caso específico de esta investigación, una acogida dirigida a madres universitarias que buscan permanecer en estos espacios incluso en las frente a tantos desafíos impuestos.

Palabras clave: Salud Mental; Madres universitarias; COVID-19; Terapia Gestalt.

Introdução

A Organização Mundial da Saúde declarou, em janeiro de 2020, a epidemia de Covid-19 como emergência pública de interesse internacional. Em 11 de março, o surto de coronavírus foi categorizado como pandemia, dado que os registros de casos já estavam presentes em todos os continentes (OPAS, 2020).

No Brasil, a explosão da Pandemia iniciou em março de 2020, obrigando as pessoas a adotarem o isolamento social e a vivenciarem um cenário de acúmulo de emoções, mudança de rotina e sentimentos de medo em relação ao futuro, com a

necessidade de ajustes para a preservação coletiva da vida. Diante do aumento exponencial do número de infecções, diversas medidas protetivas foram tomadas pelas autoridades, tais como o isolamento de condições gripais suspeitas, a identificação precoce de casos e o rastreamento e monitoramento de diagnósticos.

Uma nova forma de interação social e trabalho precisou ser vivenciada. O trabalho remoto e as aulas *on-line* tornaram-se a única maneira de não paralisar a vida. Foi necessário reconfigurar o campo familiar, e o lar, que era o lugar de moradia, passou a ser também o local de trabalho, estudo e escola dos filhos. Essas novas configurações apresentaram diferentes consequências e repercussões para os grupos sociais. As pesquisas apontam que as mulheres, foco do presente estudo, sofreram as maiores repercussões em sua saúde mental desde o início da pandemia de Covid-19 no mundo (NOMURA et al., 2021).

São diversos os estudos publicados que discorrem sobre como a diferença na divisão de tarefas ocupacionais cotidianas é um fator influenciador da sobrecarga de trabalho feminino durante o isolamento social. As tarefas domésticas de cuidado, como o cuidado dos filhos e estar disponível para as demandas emocionais da família (conciliar, educar, dialogar), são ocupações não remuneradas realizadas nos espaços privados de convivência e, segundo tais pesquisas, resultam de uma hierarquização histórica e cultural do trabalho, como a ocupação dos espaços públicos pelos homens e trabalho do espaço privado pelas mulheres. (MACÊDO, 2021; RODRIGUES, 2020; BARROS, 2020).

Antes da pandemia, a vulnerabilidade emocional feminina estava socialmente vinculada a alterações hormonais (menopausa, pré e pós-parto), desigualdades sociais, sobrecarga trabalhista e violência contra a mulher. Durante a pandemia, aumentaram os fatores de risco para o adoecimento psicológico feminino no isolamento, os quais, segundo Souza (2020 apud BRAGA; DE OLIVEIRA, 2020), relacionam-se a: ser adulta jovem (18 a 29 anos, idade na qual se vive uma maior expectativa social), residir em lugares com alta porcentagem de infecção por Covid-19, fazer uso de medicamento psiquiátrico, ter vivido episódios antecedentes de ansiedade/depressão e estar desempregada.

Para além dos agravantes presentes no cotidiano feminino pandêmico citados até aqui, torna-se necessário discutir o materno vivido em conjunturas de isolamento social e crise sanitária global. Como exemplo, no período da pandemia de Covid-19, as gestantes foram consideradas como um grupo de risco alvo de preocupações, pois as mortes causadas pelo vírus alcançaram níveis extremamente elevados, e tais preocupações tornaram-se desencadeadoras de emoções intensas nas mulheres. Esse fenômeno foi confirmado pelo estudo de Karaca et al. (2022), quando concluiu, após realizar uma análise, que a pandemia de Covid-19 causou um estado de estresse e ansiedade em gestantes do mundo todo, e quase a metade das participantes apresentou altos níveis de ansiedade, o que interferia nos seus níveis de apego no período pré-natal.

Assim, incluímos todas essas demandas: as mulheres que são mães discentes e que precisaram conciliar seu materno, as atividades de cuidados com a casa e aos estudos acadêmicos. É fundamental refletir sobre como funcionou o ambiente universitário no formato virtual e como tem sido o processo atual de retorno às aulas presenciais. Desse modo, o objetivo deste artigo é refletir sobre possíveis repercussões psicológicas e os desafios na vida das mães universitárias após o isolamento social no contexto da Covid-19. Reiteramos também que este texto é um recorte de um projeto de pesquisa do Núcleo de Pesquisa em Gestalt-terapia da Universidade Federal do Pará e está sendo desenvolvido sob cunho qualitativo, utilizando o método fenomenológico Gestáltico, com epistemologia inspirada nos conceitos da abordagem Gestáltica através de uma leitura de campo.

Perspectivas sobre a maternidade em tempos de COVID-19

Pensar a maternidade requer atenção a toda uma construção histórico-social que implica reconhecer as consequências de um sistema patriarcal que, impôs em diversas instâncias, a maternidade como algo exclusivo das mulheres. É necessário frisar que, ao refletirmos sobre a maternidade, é fundamental levar em consideração as questões

subjetivas, como cada mãe se vê e se reconhece como tal. Nesse sentido, Pivetta pontua que "[...] embora a discussão pretenda problematizar aspectos específicos da maternidade, se faz importante entender que sempre existiram e existirão mães amantes, mães arrependidas, mulheres que negaram a maternidade para si e uma infinidade de possibilidades envolvendo a relação mulher x maternidade." (PIVETTA,2021,p. 17).

Dito isso, retomamos a dimensão histórica da criação do modo como a noção de maternidade atual é conhecida no cenário ocidental. Por muitas vezes, tal fenômeno é vivido de maneira instintiva, biológica e naturalizada, gerando configurações relacionais que impactam nas interações sociais, nas questões econômicas, nas formas de trabalho, mas principalmente na vida das mulheres. Nesse formato, as mães foram impelidas a assumir a responsabilidade exclusiva pelo cuidado com os filhos, acentuando as questões sexistas e binárias. Segundo Zanello:

A maternidade, tal qual a conhecemos, centrada sobretudo na figura da procriadora, nem sempre existiu. Ela é fruto de uma construção histórica, que remonta ao início do século XIX e é inscrita nos avanços e fortalecimento do capitalismo. Esse sistema econômico trouxe grandes novidades para o mundo ocidental, entre elas, a separação do mundo público e privado, a intensificação da hierarquização entre homens e mulheres e a afirmação do binarismo, ou seja, a ideia de que as diferenças entre ambos se justificariam no nível material, do corpo. (ZANELLO et Al,2022,p. 2).

Dessa forma, Badinter (1985) afirma que a maternidade é um conceito que muda e se ajusta em consonância com a cultura e o período em que é vivenciada, sendo o formato como é comumente conhecido fruto de anos de transformações sociais. Para a autora, entre os séculos XVII e XVIII, a maternidade se reduzia à procriação, não havendo a concepção atual de infância, cuidado e da idealização do “instinto materno” como algo naturalizado na relação mãe e filhos.

Ainda na concepção de Badinter (1985), somente após 1760 iniciam-se diversas publicações e recomendações às mães para que cuidassem pessoalmente dos filhos, com a “ordem” de amamentá-los. Sobre tais instruções, a autora revela: "Elas impõem, à mulher, a obrigação de ser mãe antes de tudo. O conceito de maternagem como instinto, no seu início, nasceu da necessidade de assegurar a sobrevivência dos descendentes, além

da preocupação com a mão-de-obra escassa devido aos índices crescentes de mortalidade infantil." (BADINTER, 1985, p.145)

Nesse sentido, Badinter (1985) introduz o conceito de “mito do amor materno”, construído socioculturalmente, como um sentimento natural de toda mulher e que resulta na condenação daquelas que não sentem ou que se negam a senti-lo, caracterizando-as como desviantes ou anormais. No século XIX, com a Revolução Industrial em curso, o movimento feminista emerge para reivindicar os direitos das mulheres, lutar pelo sufrágio universal e pela valorização da mulher nos diferentes espaços.

Nesse ínterim, Pivetta (2021) ressalta que esse embate era protagonizado por mulheres brancas de classe média que acreditavam no trabalho como uma libertação do patriarcado, bem como para saírem das atividades domésticas. No entanto, as mulheres pobres e pretas já ocupavam os espaços laborais e não o exerciam por escolha ou pela busca de liberdade, mas sim para sobreviver, assim como o restante da classe trabalhadora. Dessa forma, a autora ainda destaca que a relação das mulheres com o trabalho também distingue a maneira como cada uma vivencia a maternidade.

Em sequência, Bell Hooks (2020) discute que a entrada das mulheres no meio laboral possibilitou o aumento da autoestima e a participação na comunidade, enquanto o trabalho doméstico ocasionava isolamento e estresse, sendo o ambiente domiciliar confortável e relaxante apenas com a ausência dos filhos e do companheiro, momento em que a mulher não atenderia às necessidades alheias.

Historicamente, as atividades domésticas são consideradas tarefas de cuidado e, em sua maioria, destinadas às mulheres. Na perspectiva marxista de Silvia Federici (2021), esse exercício é denominado de trabalho oculto, ou seja, um serviço que é a fonte de energia, o suporte ao trabalho físico (assalariado) e, sobretudo, que serve à mão de obra antes mesmo de estar em seu exercício laboral. Nesse sentido: “Isso significa que por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina existe o trabalho oculto de milhões de mulheres, que consomem sua vida reproduzindo a vida de quem atua nessas fábricas, escolas, escritórios e minas.” (FEDERICI, 2021, p. 29).

Nesse âmbito, Pivetta comenta:

De modo geral, enquanto as mulheres mais pobres já possuíam uma relação de dupla jornada com a maternidade, as mulheres mais ricas passam, da mesma forma, a vivenciar essa realidade a partir da sua entrada no mercado de trabalho. Para poucas mães seria possível, portanto, oferecer aos filhos o cuidado pessoal e exclusivo, como recomendava Rousseau (1962) e outras influências da época de 1760. Para a maternidade, esse contexto de entrada em massa das mulheres ricas na força de trabalho e suas consequências para as mulheres pobres, significou novas configurações no maternar: começa a se tornar inquietante, principalmente entre as mulheres das classes mais altas, a necessidade de reconstruir e de readaptar a até então vigente atuação da maternidade. (PIVETTA, 2021, p. 20-21).

Na tentativa de desconstrução de processos binários que reproduzem atitudes naturalmente femininas ou masculinas, as teorias feministas buscam arregimentar um conjunto de práticas e atores em favor da igualdade política e de direitos entre homens e mulheres, reivindicando, por exemplo, o direito ao voto, ao livre exercício de atividades laborais, bem como reformular a organização da sociedade patriarcal, oportunizando um novo olhar sobre a mulher e mudanças no paradigma familiar (VALE, 2020).

Por conseguinte, Passos (2008) afirma que, mesmo com diversas conquistas dos movimentos feministas e das mulheres, ainda nos deparamos, no Brasil, com desigualdades de gênero marcantes, que podem ser visualizadas na forma como homens e mulheres são educados. Para o autor, a diferenciação não ocorre por respeito às diferenças, mas para tornar sujeitos desiguais, suscitando, assim, estereótipos e papéis a serem desenvolvidos.

Desse modo, o cenário que envolve a cultura brasileira ainda é pautado na perspectiva heteronormativa e em uma sociedade que se relaciona a partir de um padrão sexista. A maternidade e as características que envolvem a maternagem são associadas à dimensão da feminilidade, com performances que muitas vezes geram sobrecarga física e emocional nas mulheres. Sobre esse aspecto, Zanello aponta:

Nesse sentido, é importante compreender que a construção das emocionalidades das mulheres passa por um heterocentramento que é demandado desde cedo às meninas: o que se aprende é a priorizar sempre, e em primeiro lugar, os desejos, anseios e necessidades dos outros, em

detrimento dos próprios. Esse heterocentramento é o mecanismo fulcral de constituição do “dispositivo materno” (ZANELLO, 2018) e se realiza não apenas na relação entre mãe e filho, mas em todas as relações sociais das quais as mulheres participam. O que se espera é que elas estejam disponíveis e sejam, de certa forma, sempre solícitas. Se isso ocorre com as mulheres em geral, temos uma interseccionalidade importante que intensifica ainda mais essa demanda: a racial. Das mulheres negras se espera mais que uma disponibilidade, espera-se uma servidão voluntária. (ZANELLO, 2022, p.2).

Observou-se que o contexto pandêmico escancarou as diferenças estabelecidas entre gêneros. Nesse sentido, a aglutinação do trabalho, da vida escolar e doméstica dentro do lar agrupou uma série de estressores para a mulher e expôs a desigualdade de tarefas designada socialmente aos gêneros. A figura feminina atuava como principal organizadora desse espaço, sem compartilhamento de tarefas, gerando sobrecarga e adoecimento psicológico.

Para Rapopor e Piccinini (2006), a experiência da maternidade demanda a solicitação, a aceitação e a presença de uma rede de apoio. Essa rede nem sempre está estruturada da melhor forma, uma vez que um dos maiores entraves de sua construção, necessária ao processo de nascimento de um novo ser, é a não manutenção dos direitos básicos e das políticas públicas que prestam assistência às mulheres-mães e em situação de gravidez, ou até mesmo o desconhecimento desses direitos e políticas por parte delas.

O isolamento social decorrente da pandemia provocou elevados níveis de estresse e comprometimento da saúde mental das pessoas, uma vez que a redução das interações sociais gera impactos no sentimento de pertencimento dos sujeitos a determinados grupos que os auxiliam em momentos de crise. Ademais, somam-se a esses aspectos sintomas que afetam a saúde mental dos sujeitos, como ansiedade, oscilações de humor, distúrbios do sono, medo, tristeza, choro constante, mudanças de apetite, uso de álcool e outras drogas, e um aumento considerável do uso de psicofármacos. (PIMENTEL; SILVA, 2020).

Nesse contexto, outro dado significativo relaciona-se aos índices de violência contra a mulher. Durante a pandemia de Covid-19, uma em cada quatro mulheres afirmou

ter sofrido algum tipo de violência, além do aumento significativo de notificações de violência doméstica (BUENO, 2021). Dessa forma, as análises feitas apontam como fatores agravantes o maior tempo de convivência com o agressor, a coexistência forçada entre casais, a precarização e a mitigação de programas de apoio às mulheres (creches, escolas, serviços de atenção), além da maior presença de gatilhos para a violência, como o medo de adoecer e o estresse econômico (CAMPOS, 2020; RODRIGUES, 2020; BARROS, 2020).

Para além da sobrecarga de trabalho e aumento da violência, há também as repercussões da conjuntura pandêmica na saúde da mulher. O adoecimento relaciona-se tanto à maior exposição ao vírus, uma vez que a maioria dos profissionais de saúde é do sexo feminino, como ao aumento dos índices de violência doméstica, gravidez indesejada e maior tendência ao adoecimento mental (SOUZA, 2021; BARROS, 2021; PINTO, 2020).

A maternidade é caracterizada por demandas particulares vividas de forma solitária pela mulher, como também, em sua maioria, se configura em um maternar cercado pela idealização sociocultural relacionada à realização “plena e ontológica da mulher” ao tornar-se mãe. Isso coloca a mulher na obrigatoriedade, muitas vezes compulsória, de viver um amor materno, ou um maternar “feliz”, trazendo culpabilização e responsabilização quando essa plenitude não acontece.

Necessidades como adaptar-se a uma nova rotina, lidar com as demandas do bebê e da relação conjugal muitas vezes somam-se aos deveres da vida acadêmica e profissional. Nesse âmbito, refletimos sobre o quanto a maternidade, somada às vivências do contexto acadêmico, pode ser considerada como um momento de vulnerabilidade ao estresse, pois se caracteriza como uma fase desafiadora à discente, que exige complexas tarefas ao enfrentar novos domínios acadêmicos, novos tipos de relacionamento, novo contexto de rede social, a construção de identidade e da carreira (ALMEIDA; SOARES, 2003).

Essas questões podem influenciar a vida de uma mãe, que já traz consigo uma série de responsabilidades inerentes ao processo de formação pessoal e profissional.

Adaptar-se a um novo momento educativo exige transformações nas redes sociais, na rotina e na subjetividade de um modo geral. Esse processo é ainda mais difícil se pensarmos em mulheres no período de gestação ou pós-natal, que enfrentam novas responsabilidades que lhes são atribuídas, e mudanças biológicas muitas vezes não respeitadas.

Além da conciliação entre ensino e trabalho remotos, somados a todas as novidades e adaptações práticas do modo de vida em meio à crise pandêmica, foi preciso também aprender a lidar com as outras imposições trazidas pela crise sanitária, econômica e social, entre as quais muitas de ordem subjetiva e emocional. Angústia entre as crianças por estarem limitadas às suas casas em um período tão importante de socialização infantil, famílias beirando uma insegurança financeira, medo constante de contrair o vírus, nenhuma certeza em relação a quando tudo isso vai terminar, entre outros vários anseios subjetivos. O resultado disso para as mulheres, sobretudo as que são mães, foi uma exaustão física e mental ainda maior do que as vivenciadas antes da pandemia. (PIVETTA, 2021, p. 12).

Entende-se, portanto, que o processo de adoecimento mental da mulher/mãe universitária no período pandêmico não apenas é atravessado pelas reestruturações sanitárias da pandemia em seu cotidiano, mas essas mulheres experimentaram e vivenciaram de forma singular o sofrimento que parte de subjetivações estruturalmente dispostas. Esse aspecto necessita de compreensão para que, a partir do entendimento dessas vivências, seja facilitado às pessoas que estão em sofrimento o acesso a políticas de redução de vulnerabilidades e o reconhecimento das demandas específicas de cada população.

Assim, é de pertinência social ao bem-estar coletivo o cuidado e a atenção com as mães universitárias. É imprescindível refletir sobre a importância e necessidade do apoio institucional no contexto universitário, abarcando não apenas auxílios financeiros, mas também ampliando para espaços de acolhimento às mães e seus filhos. Contribuindo, desse modo, com a fomentação de debates e ações que envolvem políticas de saúde na universidade para acolher tais demandas e criar parcerias interinstitucionais em diferentes setores públicos por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Universidade pública: questões e atravessamentos no contexto da Pandemia de Covid-19

Para iniciar a discussão acerca da permanência de mulheres mães no contexto de ensino superior, faz-se necessário analisar a conjuntura na forma como tal se constitui. Assim, partiremos da Política de Educação Superior Pública Brasileira, historicamente caracterizada por ser insuficiente em número de vagas e andar em descompasso com a necessidade de qualificação da população.

A partir de 2003, a história dentro da educação superior iniciou o seu processo de renovação, uma vez que passou pelo movimento de expansão das universidades públicas, por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. O programa facilitou o aumento das vagas disponibilizadas pelas instituições, bem como a mudança nos processos seletivos, com o intuito de ampliar e democratizar o acesso, principalmente voltado aos estudantes que viviam em vulnerabilidade social (GANAM; PINEZI 2021).

Apesar da ampliação das políticas de permanência, que possibilitaram a mobilidade social de grupos, o ensino superior brasileiro, ainda hoje, pode ser marcado pela segmentação social. Citamos como exemplo a trajetória variável entre os grupos, na qual o desempenho é atribuído às diferenças cognitivas e méritos individuais, sem questionar sobre a facilitação pela herança escolar familiar, nem sobre as diferenças socioculturais dos diversos grupos que ali adentram (NOGUEIRA, 2002).

As conjunturas analisadas não diferem quando se considera a inserção da mulher mãe no contexto de Educação Superior. De modo geral, são intensas as mudanças enfrentadas pelas mulheres ao tornarem-se mães, que perpassam pelo aspecto fisiológico, relacional, social e psicológico, tanto da mulher quanto do campo vivencial onde está inserida. Esse contexto suscita a necessidade de adaptação à nova rotina, atender às

demandas do novo ser integralmente dependente do colo materno, da relação conjugal, bem como da vida acadêmica e profissional (MALDONADO, 2013).

Além da série de mudanças vivenciadas no período gestacional, na presente pesquisa ressalta-se quando o período de gravidez/maternidade desdobra-se no contexto acadêmico. A graduação ou pós-graduação é caracterizada pela vulnerabilidade ao estresse, por ser uma fase desafiadora que impõe tarefas complexas por demandar novos domínios acadêmico, novos ritmos e estratégias de aprendizagem, padrões de relacionamento, além do contato com as futuras definições de carreira (ALMEIDA; SOARES, 2003).

Dessa forma, para a mulher/mãe permanecer em contexto de ensino superior, refletimos sobre a necessidade das condições simbólicas, presentes nos sentidos de integração e sensação de pertencimento à universidade, assim como nas interações sociais. A permanência também requer condições materiais, como o bom desempenho acadêmico, assim como o fator financeiro, que muitas vezes é mantido por programas de permanência (GANAM; PINEZI, 2021).

Os programas de permanência universitários objetivam conceder auxílios financeiros para promover a continuação de estudantes na Universidade, que se encontram em condição de vulnerabilidade socioeconômica, durante o ensino superior (MEC). Voltados exclusivamente para as mães, algumas instituições disponibilizam o auxílio creche ou educação infantil para facilitar a participação de pais no contexto acadêmico, evitando a evasão.

Além dos auxílios dentro do contexto acadêmico, podemos citar como formas de garantias de direitos às mulheres/mães os programas voltados à maternidade em qualquer contexto. De acordo com o Guia dos Direitos da Gestante e do Bebê (UNICEF, 2011), entre as principais políticas públicas voltadas a esse público destacam-se:

Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal: desenvolve ações de prevenção e assistência à saúde de gestantes, parturientes e recém-nascidos, garantindo o acesso e a qualidade dessa assistência. Exige, por exemplo, que os estados e municípios tenham serviços de saúde capazes de acolher todas as gestantes e recém-nascidos.

Política Nacional de Atenção Integral à Mulher: desenvolve ações que promovem atendimento clínico-ginecológico, planejamento reprodutivo, acompanhamento do pré-natal e atendimento às mulheres e adolescentes em situação de violência doméstica e sexual.

Igualmente, existem os direitos que devem ser assegurados durante a gestação, o parto e na assistência neonatal. Segundo a Constituição Federal de 1988, as mulheres têm os seguintes direitos:

Licença-maternidade: direito garantido pelo artigo 7º, XVII, que consiste em conceder à mulher que deu à luz uma licença remunerada de 120 dias. Toda mulher trabalhadora empregada tem esse direito. Vale ressaltar que o período de 120 dias pode ser prorrogado por mais 60 dias mediante adesão do empregador ao Programa Empresa Cidadã (Lei nº 11.770/2008).

Planejamento familiar: Mulheres e homens têm o direito de decidir livremente sobre o número de filhos que querem ter, assim como devem ter acesso à informação e aos meios para regular sua fecundidade, desde a educação sexual até a laqueadura de trompas e vasectomia (Art. 226; regulamentado pela Lei nº 9.263/1996).

Direito à amamentação: Após retorno da licença maternidade, a mulher terá direito a dois descansos, com duração de meia hora cada, com o fim da amamentação. Esse direito é garantido até que se complete os 6 meses de idade do filho (artigo 396 da CLT), assim como os estabelecimentos devem dispor, no mínimo, de um espaço de berçário, sala para amamentação, cozinha dietética e instalação sanitária. (BRASIL, 1988/1996/2008).

Apesar de todos os direitos previstos em lei, nem sempre esses são garantidos, ou mesmo conhecidos pelas mulheres. Principalmente ao colocar em questão os processos educativos dentro do ensino superior, que exigem uma série de transformações nas redes sociais, na rotina e na subjetividade de um modo geral, torna-se mais difícil se pensarmos em mulheres no período de gestação ou pós-natal. Se o desenvolvimento materno em uma instituição de ensino superior é caracterizado por esses processos de difícil adaptação, na pandemia de Covid-19 somaram-se a tal conjuntura novos impasses.

Durante a pandemia de Covid-19, os estudantes das instituições de ensino superior vivenciaram intensas mudanças no que tange às capacidades de engajamento e aprendizagem. O isolamento social, a adaptação repentina às Tecnologias de Comunicação e Informação foram fatores catalisadores ao estresse cotidiano, sentimentos de medo, solidão e ansiedade generalizada (FAGUNDES et al., 2022).

Alguns estudos também apontam como as condições financeiras e materiais dificultaram o acesso aos conteúdos acadêmicos de forma remota. Tanto pela diminuição da renda familiar quanto pela falta de acesso à internet de qualidade, equipamentos compatíveis com as plataformas de ensino, ou mesmo pelas condições de saúde mental decorrentes do afastamento da rede de apoio, resultando em sintomas de insônia, ansiedade e depressão (FAGUNDES et al., 2022).

Como formas de enfrentamento à pandemia de Covid-19 nas Instituições de Ensino Superior, não existiu plano de contingência desenvolvido pelo Ministério da Educação (MEC) que pudesse ultrapassar os impasses educacionais impostos pelo contexto pandêmico, além de enfrentarem os desafios da biossegurança nas instalações das universidades e os diversos cortes nos orçamentos (CAVALCANTI; GUERRA, 2021).

Assim, durante a pandemia, os diversos desafios enfrentados pelas discentes-mães passaram por significativos complicadores. A tríade universidade, maternidade e pandemia possui uma forma de vivência única. Ao somar os desafios inerentes ao contexto acadêmico às intensas mudanças epidêmicas, a saúde mental deve ser ponderada e considerada. É essencial fazer conhecidos os valores das mulheres, promover espaços preparados que acolham tal público, sensibilizar as redes de relação, assim como seus pares, dentro e fora da universidade, para essas demandas.

Considerações finais

Inevitavelmente, a biografia mundial teve seu curso alterado com o surgimento do Coronavírus em dezembro de 2019, sendo a explosão da doença em 2020, ano que ficará marcado na história da humanidade como período de grandes impactos no desenho de nossos hábitos, atitudes e formas de lidar com nossa saúde e o meio ambiente.

A literatura pesquisada revela que logo nos primeiros meses de isolamento social eclodiu um aumento considerável de casos de violência contra as mulheres. Esses dados direcionam o olhar para a constatação de que as mulheres foram as mais afetadas com todo o contexto vivenciado pela pandemia. Como grupo de pesquisa, debruçamos nossa atenção sobre as perspectivas que incluam, na teoria e na prática, aspectos referenciados e contextualizados na dimensão política, social e feminista. Ressaltamos, ainda, que a crença de que homens e mulheres têm papéis pré-determinados biologicamente se contrapõe à premissa da abordagem gestáltica, ampliando a percepção do conceito de gênero, vendo-o de maneira holística e relacional.

Dar suporte, orientação e buscar ressignificar o potencial daqueles que vivenciam o sofrimento psíquico é o objetivo principal da clínica que pesquisamos e acreditamos. Empoderar mulheres e homens em suas relações, favorecendo aspectos de autocuidado e cuidado ao outro, confirmando-se como pessoa, reconhecendo-se e, assim, reconhecendo que o outro é o mote fundamental do nosso trabalho.

Acreditamos que é possível vivenciar no ambiente acadêmico aquilo que consideramos uma clínica da situação contemporânea e que colabora para a criação de espaços de acolhimento dentro da Universidade. No caso específico desta pesquisa, um acolhimento voltado para as mães universitárias que buscam sua permanência nesses espaços, mesmo diante de tantos desafios impostos.

Desse modo, é fundamental para o entendimento desta temática reconhecer e validar que mulheres mães, sobretudo aquelas que ainda estão em fase de estudos na universidade, muitas vezes estão esgotadas física e psicologicamente, passando por desafios que envolvem aspectos simbólicos, financeiros e materiais referentes à vivência e permanência universitária.

Entende-se, portanto, que o processo de adoecimento mental da mulher/mãe universitária no período pandêmico não apenas é atravessado pelas reestruturações sanitárias da pandemia no seu cotidiano, mas que essas mulheres experimentam e vivenciam de uma forma singular o sofrimento, sendo este parte de subjetivações estruturalmente dispostas. Esse processo necessita de compreensão para que, a partir do entendimento dessas vivências, seja facilitado o acesso a políticas de redução de vulnerabilidades e o reconhecimento das demandas específicas de cada população, contribuindo para o bem-estar coletivo.

No caso da psicologia, inserimos a importância da busca por uma postura crítico-reflexiva voltada ao contexto sociocultural e político, mais comprometida com ações e responsabilidades que ultrapassem rótulos e/ou estigmas.

Referências

ALMEIDA, Leandro; SOARES, Ana Paula. **Os estudantes universitários: Sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial.** In: E. Mercuri & S. A. J. Polydoro (Orgs.), Estudante universitário: Características e experiências de formação (pp.15-40). Taubaté, SP: Cabral, 2003.

ALVIM, Mônica Botelho; CASTRO, Fernando. **O que define uma clínica de situações contemporâneas?** Apontamentos a partir de J.P. Sartre e M. Merleau-Ponty. In: ALVIM, M. B. (Org.). Clínica de situações contemporâneas: fenomenologia e interdisciplinaridade. Curitiba: Juruá, 2015.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado:** o mito do amor materno. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

BARROS, Valquiria Da Silva; DE OLIVEIRA, Rosane Cristina. **Desigualdades de gênero e espaço doméstico: o isolamento social e seus impactos no cotidiano das mulheres em tempos de Covid-19.** Almanaque Multidisciplinar de Pesquisa, v. 7, n. 2, 2020.

BRAGA, Iara Falleiros; DE OLIVEIRA, Wanderlei Abadio; DOS SANTOS, Manoel Antônio. **“História do presente” de mulheres durante a pandemia da covid-19: feminização do cuidado e vulnerabilidade.** Revista Feminismos, v. 8, n. 3, 2020.



BRASIL, Ministério da saúde. **Portaria nº. 569, de 1º de junho de 2000:** Institui o Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 2000.

BRASIL, Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher** - Princípios e Diretrizes. Série Projetos, Programas e Relatórios. Brasília, DF; 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1998. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

BRASIL. **Lei no 11.770**, de 9 de setembro de 2008. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/lei/111770.htm>

BRASIL. **Constituição (1988), Lei Nº 9.263**, de 12 de Janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. Brasília, 12 de janeiro de 1996. Disponível em:
<[BRASIL. **Decreto-lei n. 5.452**, de 1 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 1 de maio de 1943. Disponível em: <\[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm\]\(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm\)>.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19263.htm#:~:text=Regula%20o%20C2%A7%207%C2%BA%20do,penalidades%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=Art.,1%C2%BA%20O%20planejamento&text=3%C2%BA%20O%20planejamento%20familiar%20C3%A9,global%20e%20integral%20C3%A0%20sa%C3%BAde.>></p></div><div data-bbox=)

BUENO, S. et al. **Visível e invisível:** a vitimização de mulheres no Brasil. 2. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021a. Disponível em:
<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/visivel-e-invisivel-a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-3-edicao/>. Acesso em: 26/08/2021.

CAMPOS, Brisa; TCHALEKIAN, Bruna; PAIVA, Vera. **Violência contra a mulher:** vulnerabilidade programática em tempos de SARS-COV-2/COVID-19 em São Paulo. *Psicologia & Sociedade*, v. 32, 2020.

CAVALCANTI, Lourdes Maria Rodrigues; GUERRA, Maria das Graças Gonçalves Vieira. **Os desafios da universidade pública pós-pandemia da Covid-19:** o caso brasileiro. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, v. 30, p. 73-93, 2021.

DE OLIVEIRA, Fernanda Abreu; DE QUEIROZ, Fernanda Marques; DINIZ, Maria Ildiana. **Divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres no contexto da pandemia da Covid-19.** Revista Inter-Legere, v. 3, n. 28, p. c21486-c21486, 2020.

FEDERICI, Silvia. **O patriarcado do salário:** notas sobre Marx, gênero e feminismo. 1º edição. São Paulo: Boitempo, 2021.

GANAM, Eliana Almeida Soares; PINEZI, Ana Keila Mosca. **Desafios da permanência estudantil universitária:** um estudo sobre a trajetória de estudantes atendidos por programas de assistência estudantil. Educação em Revista, v. 37, 2021.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Pesquisa Qualitativa em psicologia:** caminhos e desafios. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

GHILARDI-LUCENA, Maria Inês. **Discurso e Gênero:** Uma questão de identidade. In: GHILARDI-LUCENA e OLIVEIRA (orgs). Representações do masculino: mídia, literatura e sociedade. Editora: Alínea, Campinas, São Paulo, 2008.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo:** políticas arrebatadoras. 12º edição. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

KARACA, P. P.; KOYUCU, R. G.; AKSU, S. C. **The relationship between pregnant women 's anxiety levels about coronavirus and prenatal attachment.** Archives of Psychiatric Nursing, [S. l.], v. 36, p. 78-84, feb. 2022. Disponível em: <[https://www.psychiatricnursing.org/article/S0883-9417\(21\)00181-3/fulltext](https://www.psychiatricnursing.org/article/S0883-9417(21)00181-3/fulltext)>. Acesso em: 20 fev. 2022.

MACÊDO, Shirley. **Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia Covid-19:** tecendo sentidos. Revista do NUFEN, v. 12, n. 2, p. 187-204, 2020.

MALDONADO, Maria Tereza. **Psicologia da gravidez.** Editora Jaguatirica Digital, 2013.

NOMURA, Roseli Mieko Yamamoto et al. **Aumento do risco de ansiedade materna durante o surto de COVID-19 no Brasil entre gestantes sem comorbidades.** Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia [online]. v. 43, n. 12, p. 932-939, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1055/s-0041-1740234>>. Acesso em: 20 dez. 2022.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu:** limites e contribuições. Educação & Sociedade, v. 23, p. 15-35, 2002.

OPAS. **Folha informativa – COVID-2019**. 2020. Disponível em:

<https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:COVID-19&Itemid=875> Acesso em: 04 de Novembro de 2020.

51

PASSOS, I. C. F. **Poder, normalização e violência**: incursões foucaultianas para a atualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 194 p.

PIMENTEL, Adelma Gonçalves; OLIVEIRA, I. B.; ARAÚJO, L. Pesquisa qualitativas aplicações em terapia ocupacional e psicologia. In: PIMENTEL, A. OLIVEIRA, I. B.; ARAÚJO, L. **Pesquisa qualitativa em terapia ocupacional**. Belém: Amazônia Editora, 2009. p. 25-39.

PIMENTEL, Adelma Gonçalves. **Violência psicológica conjugal**: pesquisa e intervenção. São Paulo: Summus, 2011.

PIMENTEL, Adelma Gonçalves; SILVA, Maria de Nazaré. **Saúde psíquica em tempos de Coronavírus**. Research, Society and Development, v. 9, n. 7, e11973602, 2020.

PINTO, Luciano Henrique et al. **O impacto da modernidade na saúde da mulher e sua influência na medicalização das emoções em tempos de pandemia covid-19**. Pandemias: Impactos na sociedade. Belo Horizonte: Synapse Editora, p. 47-55, 2020.

PIVETTA, Anna Luiza. **Maternidade em tempos de pandemia: relatório como instrumento de divulgação científica**. Trabalho de conclusão de curso - Curso de Comunicação Social - Publicidade e Propaganda, Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul, p. 70. 2021.

PONDAAG, M. C. M. **Sentidos da violência conjugal**: a perspectiva de casais. Brasília, DF, 2009. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2009.

RAPOPORT, Andrea; PICCININI, César Augusto. **Apoio social e experiência da maternidade**. Journal of Human Growth and Development, v. 16, n. 1, p. 85-96, 2006.

ROBINE, Jean Marie. **O self desdobrado**: perspectiva de campo em Gestalt-terapia. São Paulo: Summus, 2006.

RODRIGUES, Vera; SILVA, Mona Lisa da. **O cotidiano da Covid-19 no olhar de mulheres negras cearenses**. Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP, n. 27, 2020.

SENHORAS, E. M. (2020). **Coronavírus e o papel das pandemias na história humana**. *BOCA - Boletim de Conjuntura*, ano II, vol. 1, n.1. pp.31-34. Disponível em: <https://revista.ufr.br/boca/article/view/Eloi/2799>.

SOUZA, Alex Sandro Rolland; SOUZA, Gustavo Fonseca de Albuquerque; PRACIANO, Gabriella de Almeida Figueredo. **A saúde mental das mulheres em tempos da COVID-19**. 2020.

TURATO, Egberto. **Tratado da Metodologia da Pesquisa Clínica- Qualitativa**. São Paulo: Vozes, 2003.

UNICEF et al. Guia dos direitos da gestante e do bebê. In: **Guia dos direitos da gestante e do bebê**. 2011. p. 79-79.

VALE, K.S. **A comunicação dialógica no manejo com casais**. In: NASCIMENTO, L. C; VALE, K. S. *Sentidos em Gestalt-terapia: novas vozes e outros olhares*. Ponta Grossa: Atena, 2020.